


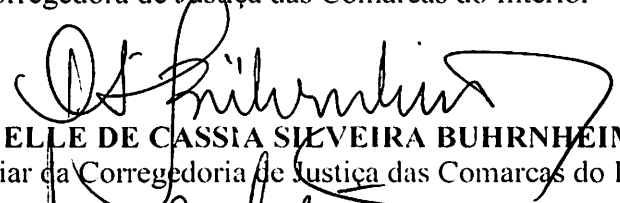


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SALINÓPOLIS

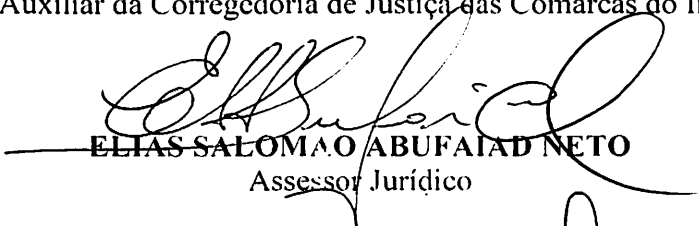
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze (03.11.2015), às 09h00min, no Fórum da Comarca de Salinópolis, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Doutora Desembargadora **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, a Excelentíssima Doutora **DANIELLE DE CASSIA SILVEIRA BUHRNHEIM**, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), os Senhores **ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO**, **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**, Assessores Jurídicos da CJCI e **CARLOS PINTO DA SILVA JR** e **PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL**, Analistas Judiciários da CJCI, e o Diretor de Secretaria da Comarca, Sr. **CARLOS AFONSO MORAES DAS CHAGAS** deu-se por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Salinópolis, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu Paola Menescal (Paola Menescal), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


DANIELLE DE CASSIA SILVEIRA BUHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SALINÓPOLIS

Marco Antônio Pedrosa de Araújo
MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

Thaiza Martins P. Suano de Farias
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica

Carlos Pinto da Silva Jr.
CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário

Paola Watrin Pimental Menescal
PAOLA WATRIN PIMENTAL MENESCAL
Analista Judiciário

Carlos Afonso Moraes das Chagas
CARLOS AFONSO MORAES DAS CHAGAS
Diretor de Secretaria da Comarca de Salinópolis

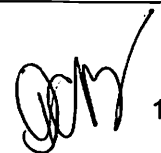
Milse Betânia P. Nogueira
Milse Betânia Pedrosa Nogueira
Assessor Técnico Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SALINÓPOLIS	
EDITAL Nº 002/2015	NO. PROCESSO: 2016.7.000576-5
PERÍODO: 03 e 04 de Novembro de 2015	SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
	Data Cadastro 02/03/2016
	CLASSE CORREICAO - ORDINARIA
Corregedora: Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO	
Juíza Corregedora: DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM	
1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Única da Comarca de Salinópolis	
1.2 COMPETÊNCIA: Vara Única	
1.3 MAGISTRADO (A): Gabriel Costa Ribeiro	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 13/02/2015	
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
2.1 ENDEREÇO: Rua João Pessoa, nº 1084, Bairro Centro	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio do TJE/PA.	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 02 (duas) salas para a Secretaria, sendo uma com banheiro 01 (uma) sala para o Protocolo e Distribuição. 01 (uma) sala dos Oficiais de Justiça 01 (uma) sala para Juizado Especial 01 (um) salão do Júri 02 (dois) banheiros, sendo para o público e outros para os servidores 01 (uma) sala para a copa 02 (duas) salas para o Ministério Público 01(uma) sala para a Defensoria Pública 01 (uma) cela 01 (uma) sala de arquivo dos processos da Comarca 01 (uma) sala de arquivo dos processos do Juizado 01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro 01 (uma) antessala do gabinete do Magistrado, que atualmente está sendo utilizada de	

 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

arquivo
01 (uma) sala para a assessoria do Magistrado, com banheiro
01 (uma) sala de audiência

* A UNAJ funciona na sala da assessoria do Juízo.
* As salas que se encontram destinadas à utilização pelo Ministério Público estão trancadas e sem utilização.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:
() Boas (X) Regulares () Ruins
Justificar: O prédio não conta com acessibilidade adequada aos portadores de necessidades especiais.

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:
(X) Boas () Regulares () Ruins
Justificar: É realizada diariamente por servidores cedidos pela Prefeitura.

2.6 MOBILIÁRIO:
(X) Bom () Regular () Ruim
Justificar:

2.7 SEGURANÇA:
(X) Boa () Regular () Ruim
Justificar: A segurança é terceirizada, e realizada pela empresa Polo. O prédio possui sistema de alarme e 02 (dois) funcionários trabalhando em turnos diferenciados de 12 em 12h (doze em doze horas).

2.8 ACESSIBILIDADE:
() Boa (x) Regular () Ruim
Justificar: A sala de audiência e o gabinete do Magistrado estão localizados no andar superior do prédio, cujo único acesso é uma escada, situação que dificulta a locomoção de portadores de necessidades especiais.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:
() Boa () Regular (X) Ruim
Justificar: A residência oficial se encontra abandonada e já foi arrombada por diversas vezes.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. GABRIEL COSTA RIBEIRO, desde 13.02.2015

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO - PERÍODO DE EXERCÍCIO:
Dra. Maria Augusta Freitas da Cunha: 02 a 31.03.2015

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:
- 02 a 31.03.2015: Férias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:

Sim, o Magistrado titular da Vara também desempenha a função de Juiz Eleitoral.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

- * Mutirão de processos penais na Comarca de Salinópolis - Portaria nº 02/2015-GAB, realizado de 01 à 31.07.2015;
- * Projeto verão com justiça, realizado no período de 18 a 19/07/2015 e 25 a 26.07.2015;
- * Projeto Ribeirinho Cidadão, realizado no período de 08 à 11.09.2015.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Não foram relatadas.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01- Eduardo Rodrigues de Mendonça Freire	09.11.2009	25.05.2014
02- Sávio José de Amorim Santos	24.11.2014	05.02.2015
03- Rômulo de Souto Castro Leite	06.02.2015	12.02.2015
04- Maria Augusta Freitas da Cunha	02.03.2015	31.03.2015
05- Gabriel Costa Ribeiro	13.02.2015	Até a data atual

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e cancelladores)

4.1 GABINETE:

Nome: Carlianny Silva dos Santos

Cargo: Assessora Jurídica

Ato de nomeação: Portaria nº 720/2015-GP, de 09.02.2015

Nome: Diogo Nascimento Nunes

Cargo: Analista judiciário - área judiciária

Ato de nomeação: Portaria nº 2826/2010-GP e 3305/2012-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: Carlos Afonso Moraes das Chagas

Cargo: Analista judiciário, área judiciária, exercendo a função de Diretor de Secretaria

Ato de nomeação: Portaria nº 763/2004, de 28.06.2004

Nome: Margareth dos Santos Nascimento

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 730/1990, de 03.07.1990

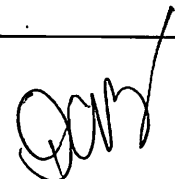
Nome: Jociléia de Castro Cruz

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 748/1993, de 26.10.1993

Nome: Rosilda Maria de Souza Freitas Soares

Cargo: Agente de segurança


3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

Ato de nomeação: Portaria nº 746/1993, de 26.10.1993
Obs: Se encontra trabalhando na Secretaria do Fórum.

Nome: João Paulo Silva Correia
Cargo: Cedido da Prefeitura
Ato de nomeação: Portaria nº 041/2009, de 25.05.2009

Nome: Joice da Costa dos Santos
Cargo: Estagiária nível médio

Nome: Isabele de Castro Oliveira
Cargo: Estagiária nível médio

4.3. OUTROS SETORES:

Nome: Vanda Maria Pereira dos Santos
Cargo: Agente de segurança
Ato de nomeação: Portaria nº 745/1993, de 26.10.1993
Obs: Se encontra trabalhando na Distribuição

Nome: Ronaldo Silva Castro
Cargo: Agente de segurança
Ato de nomeação: Portaria nº 253/1996, de 03.04.1996
Obs: Se encontra trabalhando na Distribuição

Nome: Luiz Edson Soares Nunes
Cargo: Cedido da Prefeitura (serviços gerais)
Ato de nomeação: Ofício nº 66/2013 - Prefeitura Municipal, de 09.05.2013

Nome: Raimundo dos Santos
Cargo: Oficial de Justiça
Ato de nomeação: Portaria nº 718/1989, de 08.09.1989

Nome: Jameson Fernandes Chaves
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 1610/2012- GP, de 10.05.2012

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Laercio Guilhermino de Abreu - desde 11.12.2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Adonai Oliveira Farias, desde 04.08.2015

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICCIONAL
6.1 VEÍCULOS: 02 (dois) veículos
6.1.1 FROTA: 01 (uma) Moto, Marca Honda, Modelo NXR 160, BROS ESD, 2015/2015, Preta, Placa QDA 0347 01 (um) Carro, Marca Ford, Modelo Fiesta 1.6 Flex, 2013/2014, Preto, Placa OTI 4638
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (x) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom () Regular (X) Ruim Justificar: Por diversas vezes a internet fica fora do ar, devido as constantes quedas de conexão, situação que dificulta o trabalho dos servidores.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 09 (nove) / Sala dos Oficiais de Justiça: 03 (três) / Gabinete: 05 (cinco) / Distribuição/Protocolo: 05 (cinco)
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO Eletrônica (e-mail): O servidor Carlos Afonso das Chagas, Diretor de Secretaria, verifica diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: *Foi verificado pela equipe da CICI que as pastas que contêm documentos de servidores e Magistrados encontram-se em estado de completa desorganização, de tal modo que a obtenção de informações básicas acerca dos servidores da Comarca, tais como ato de nomeação e data de sua publicação no DJE, ou de quais Magistrados responderam pela Comarca de Salinópolis e o respectivo período, demandaram um tempo demasiadamente longo para sua localização.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? () Sim (x) Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

Justificar:
*ver observação do item 7.1.

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?
(X) Sim () Não
Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?
(X) Sim () Não
Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?
(X) Sim () Não
Justificar: Há necessidade de realização de cursos com vistas ao aprimoramento dos trabalhos, tais como o de SISPE (Sistema de Acompanhamento de réus presos e apenados), de Manual de Rotinas, Execução penal, etc.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?
(X) Sim () Não
Observações CJCI: O gabinete não realiza um controle físico das audiências designadas, mas tão somente no Sistema Libra.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?
(X) Sim () Não
Justificar: Existe um grande número de processos arquivados apenas fisicamente, sem a devida baixa no Sistema Libra. Tal situação remonta à época da implantação do Sistema Libra, quando os processos foram retirados do arquivo para cadastramento, ou seja, ativados, e devolvidos, sem a devida baixa/arquivamento. Também existe uma quantidade considerável de feitos em Secretaria aguardando arquivamento, devido ao acúmulo de trabalho.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Sempre que possível é feita diariamente, mas quando a internet não permite é realizada a cada 15 (quinze) dias.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA
2013
- Sentença: 525
- Decisão interlocutória: 1474
- Despacho: 562
- Audiência: Realizadas: 275 / Não realizadas: 22 / Remarcadas: 52/



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

- Júri: Realizados: 00 / Não realizados: 01 / Remarcados: 00

2014

- Sentença: 1073
- Decisão interlocutória: 1307
- Despacho: 688
- Audiência: Realizadas: 370 / Não realizadas: 192 / Remarcadas: 92/
- Júri: Realizados: 06 / Não realizados: 01 / Remarcados: 02

2015

- Sentença: 225
- Decisão interlocutória: 1133
- Despacho: 442
- Audiência: Realizadas: 342 / Não realizadas: 62 / Remarcadas: 122
- Júri: Realizados: 00 / Não realizados: 00 / Remarcados: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	506
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	16
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	356
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	07
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	07
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1072
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	427
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	02
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	41
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	26
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	00
EXECUÇÃO PENAL	228
PENAS (EXCLUÍDOS OS DEMAIS)	938
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	66
SITUAÇÃO DE RISCO	02
TUTELA	03
GUARDA	51

QW



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

ADOÇÃO	14
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	14
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	67
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	53
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	02
TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FÍSICA	3898
Feitos com Tramitação Externa	109
Contagem Física + Tramitação externa	4007
ACERVO LIBRA	5719

Justificativa: Foi informado pelo Diretor de Secretaria que existem processos arquivados sem que tenham sido baixados definitivamente. Que vem tentando sanear tal situação, mas que isso demanda um tempo razoável. Ressaltou que, assumiu a Direção da Secretaria em Fevereiro do presente ano e que vem empreendendo esforços a fim regularizar a situação.

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	1597	525
2014	1592	1073
2015 (até 30.10.2015)	1942	225

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: Os processos de prioridade são identificados com fita vermelha; os de execução penal, regime fechado, com fita azul; e os processos de réu solto, mediante decisão judicial, são identificados com tarja verde.

Observações CJCI: Os processos de meta não se encontram devidamente identificados.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(2) INICIAIS;

(3) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
 SALINÓPOLIS

(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
 (3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
 (2) IDOSO;
 (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
 (2) AÇÕES DE ALIMENTOS;
 (1) RÉU PRESO;
 (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
 (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
 (4) POR ORDEM CRONOLÓGICA
 (3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
 (2) OUTRO (CARTA PRECATÓRIA; MANDADO DE PRISÃO)

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	X	
INFOSEG	X	
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X	
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?
 () Sim (X) Não
 Justificar: O Diretor de Secretaria assumiu a Comarca em 06.02.2015, e desde então não teve conhecimento de nenhum PAD ou sindicância na Comarca.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Acervo da meta: 2228

Devo
9




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

Alvo: 1782 Processos julgados até 2014: 1229 Processos julgados em 2015: 16 Total de julgados: 1245 Grau de cumprimento: 55,08% Processos pendentes de julgamento: 979 * Cíveis: 421 * Penais: 554 * Tribunal do Júri: 04 Necessidade de julgamento: 537 META NÃO CUMPRIDA
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Processos com tramitação regular
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Acervo da meta: 13 Processos julgados até 2014: 03 Processos julgados em 2015: 01 Total de processos julgados: 04 Grau de cumprimento: 30,77% Processos pendentes de julgamento: 09 META NÃO CUMPRIDA
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou antecipação de tutela: 08 (oito)
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo da meta: 2228 Alvo: 1782 Processos julgados até 2014: 1229 Processos julgados em 2015: 16 Total de julgados: 1245 Grau de cumprimento: 55,08 Processos pendentes de julgamento: 979 * Cíveis: 421 * Penais: 554 * Tribunal do Júri: 04 Necessidade de julgamento: 537 META NÃO CUMPRIDA
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 31
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 123
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

() Sim (X) Não Justificar:
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Relatório de análise por amostragem em anexo.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Total de processos distribuídos: 35 Alvo: 28 Julgados: 25 META NÃO CUMPRIDA
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 06 (seis)
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 00
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar: Relatório de análise por amostragem em anexo.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 02 (dois)
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: (X) Sim () Não Justificar: As medidas sócio-educativas são fiscalizadas pela unidade judiciária em conjunto


11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

com o CRAS *Não existe equipe multidisciplinar na Comarca.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, o CRAS e o Conselho Tutelar.
13 - INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (X) Sim () Não Justificar: O Diretor de Secretaria não sabe realizar a contento o procedimento adequado em razão da falta de treinamento.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não Justificativa:
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim, o Centro de Recuperação Regional de Salinópolis (relatório de visita em anexo)
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

14. PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 67
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 53
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 54
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Não é realizado um controle porque, em sua maioria, as cartas precatórias se destinam a realização de audiências.
15. INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 09
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 79
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 49
16. PETIÇÕES
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 06
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 15
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 25
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 3.097: quantitativo extraído do Libra 42: contagem fisicamente
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 42
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 42
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 44
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 109



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 83		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1.841		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 580		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
JAMESON FERNANDES CHAVES	15	29.01.2013
RAIMUNDO DOS SANTOS	06	14.08.2013
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: A partir do mês de agosto do ano corrente, o Diretor de Secretaria começou a fazer um controle de devolução de mandados, ocasião em que se verificou os referidos expedientes já tinham sido devolvidos, mas sem a devida tramitação no Sistema Libra, tendo os oficiais de justiça se comprometido a regularizar tal situação.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	84	26.08.2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	09	11.03.2014
17.7.3 ADVOGADO	11	30.07.2012
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: A cobrança só é feita quando existe protocolo para ser juntado e se identifica a ausência dos autos em Secretaria.		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar: O cadastro de armas e bens apreendidos é realizado tão somente no Sistema Libra.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (x) Não Justificar: As armas ficam armazenadas num armário de ferro no andar superior do Fórum, mas que não dispõe da segurança adequada.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: VER RELATÓRIO EM ANEXO.

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim Não

Justificar: Ainda não foi solicitado o recolhimento porque as mesmas foram apreendidas há uma semana, e não houve tempo hábil para a Secretaria fazer tal solicitação.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim Não

Justificar: Permanecem em um armário de ferro numa sala no andar superior do Fórum, mas que não dispõe da segurança adequada.

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Justificar: Existem 47 (quarenta e sete) processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de 3 (três) anos, em razão da grande maioria deles ser da esfera penal e não ter sido dada destinação as quantias depositadas.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

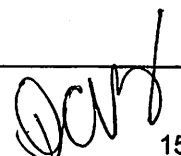
Obs: O servidor Diogo Nascimento Nunes é responsável pela UNAJ.

Observações da CJCI: Tendo em vista que o servidor responsável pela UNAJ encontra-se desempenhando suas funções no gabinete do Magistrado, há necessidade de se alocar uma sala especificamente para o mesmo, uma vez que a atividade desenvolvida pela referida unidade não se confunde com a do gabinete. Sendo assim, constitui uma situação temerária não haver um local específico para guardar pastas e documentos da unidade.

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim Não

Justificar:





19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(x) Sim () Não

Justificar: A Secretaria envia os autos para UNAJ com vistas à apuração de custas finais antes dos autos serem remetidos ao gabinete do Magistrado.

Observações CJCI: A Secretaria deve promover a cobrança das custas finais através de ato ordinatório, antes dos autos serem enviados ao gabinete do Magistrado.

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Não foram apresentadas considerações.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Não foram apresentadas considerações.

22 CONSIDERAÇÕES CJCI

A comarca de Salinópolis integra o 5º Polo judiciário do Estado do Pará¹. Conta com um acervo de 5419 processos segundo informações do Sistema Libra. O Fórum da Comarca se encontra em bom estado de conservação, apesar de serem necessárias algumas adaptações em sua estrutura física. São necessárias as seguintes considerações por parte desta Corregedoria.

1. Em relação à estrutura do Fórum, verificou-se que o gabinete do Magistrado e a sala de audiências ficam localizadas no andar superior, o que dificulta ou impede o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção, visto que o único meio de acesso é através de uma escada. Na antessala do Magistrado está localizado o arquivo e a Unaj tem funcionado na sala designada para assessoria do Juízo. Ressalte-se que existe sala destinada para o Ministério Público que se encontra fechada, visto que o Órgão Ministerial possui sede própria na Comarca. A residência oficial se encontra fechada e por duas vezes já foi alvo de arrombamento.

Providência: Oficiar a Presidência e a Secretaria de Engenharia deste Tribunal de Justiça para que seja avaliada a possibilidade de adequação do espaço físico com vista a atender as regras de acessibilidade, bem como para que haja a realocação dos espaços destinados a Unaj e ao arquivo. Faz-se necessária, ainda, a reforma na residência oficial bem como que seja considerada a possibilidade do imóvel ser destinado ao arquivo e armazenamento de bens apreendidos, desde que seja provida da segurança necessária.

2. A Comarca de Salinópolis possui quadro funcional que se mostra insuficiente para o atendimento da diversidade de matérias que se encontram sob a competência da Vara, bem como da demanda de processos da serventia. Identificou-se que servidores concursados para

¹ 5ª REGIÃO JUDICIÁRIA (5º PÓLO) – SEDE: CAPANEMA - Augusto Corrêa / Bonito / Bragança / Capitão Poço / Garrafão do Norte / Nova Timboetua / Ourém / Peixe-Boi / Primavera / Salinópolis / Santarém Novo + (São João de Pirabas- RES. 018/11) / Santa Luzia do Pará + (Cachoeira do Piriá – Resolução 004/2014-GP – 13/03/2014) / Viseu + (Nova Esperança do Piriá / Quatipuru / Tracuateua Comarcas Não Instaladas)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

o cargo de agente de segurança exercem atividade de atendente judiciário. Há necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial, bem como nomeação de servidores concursados para composição do quadro de analistas e auxiliares judiciários.

Providência: 1 - Oficiar à Presidência e à Secretaria de Gestão de Pessoas a fim de que seja avaliada a possibilidade de lotação de novos servidores na comarca, especialmente analistas e auxiliares judiciários, a fim de atender às necessidades de trabalho, bem como para que seja possível o retorno dos agentes de segurança aos seus cargos de origem; 2 - Oficiar a Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade "à distância", especialmente dos Sistemas LIBRA, SIGADOC, Malote Digital, Manual de Rotinas Cíveis e Criminais, Atualização do CPC, informática básica, SISPE e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

3. A demanda processual da comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação em uso (LIBRA e PROJUDI). A falha ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a agilidade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados.

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para avaliar a possibilidade de saneamento do problema acima identificado.

4. A comarca não dispõe de equipe multidisciplinar para atuar nos feitos da infância e juventude. Os processos sofrem considerável prejuízo em sua tramitação, pois tem que ser apreciados pela equipe de Capanema, que já se encontra sobrecarregada.

Providência: Oficiar a Secretaria de Gestão de Pessoas para que verifique a possibilidade de designação de servidores (psicólogo, assistente social e pedagogo) que possam compor a equipe multidisciplinar na comarca de Salinópolis.

5. A Vara não vem registrando o cumprimento da Meta 01/2015-CNJ. Registra um acervo de 537 processos da Meta 2/2015-CNJ pendentes de julgamento e 09 processos da Meta 6/2015-CNJ, também pendentes de julgamento. Não há registro de cumprimento da Meta de nivelamento do CNJ de manutenção de percentual abaixo de 40% de presos provisórios. Os processos não se encontram identificados e não se identificou uma dinâmica de trabalho com vista a dar cumprimento e andamento aos processos inseridos nas Metas CNJ.

Providência: 1 - Determinar que a Secretaria localize, identifique e promova a regular tramitação de todos os processos que se encontram incluídos nas Metas do CNJ, ficando assinado o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento dessa determinação. 2 – O Magistrado deverá acompanhar e supervisionar as providências a serem adotadas pela Secretaria e envidar esforços a fim de que sejam sentenciados os processos identificados como inseridos nas Metas do CNJ. Deverá, ainda, no prazo de 60 (sessenta) dias informar a este Órgão Correicional as providências adotadas para o cumprimento da presente determinação

6. Foram verificados 1841 processos conclusos há mais de cem dias e 580 conclusos há menos de cem dias, totalizando 2421 processos, sendo que desse total 25 são iniciais. O número de processos conclusos totaliza praticamente 50% do total de processos em trâmite na vara.

Providência: 1 - Determinar que o Magistrado implemente projeto de gestão de rotinas na Vara, com vista a promover os despachos e sentenças de processos que se encontram conclusos, especialmente os que se encontram nessa condição há mais de 100 (cem) dias e os que estão pendentes de apreciação de pedidos liminares e antecipações de tutela. /2 –

 17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

Determinar que o Magistrado apresente a este Órgão Correicional, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, relatório das atividades e providências adotadas visando sanar as falhas identificadas durante a correição.

7. Atividades e organização da Secretaria Judicial:

7.1. Foi verificado pela equipe da CJCI que as pastas que contêm documentos de servidores e Magistrados não se encontram organizadas, de tal modo que a obtenção de informações básicas acerca dos servidores da Comarca, tais como ato de nomeação e data de sua publicação no DJE, ou de quais Magistrados responderam pela Comarca de Salinópolis e o respectivo período, demandaram um tempo demasiadamente longo para sua localização.

Providência: Determinar que a Secretaria mantenha arquivo organizado contendo todos os documentos referentes à existência da comarca, designação de servidores e magistrados. No mesmo sentido, as pastas onde são arquivados os demais documentos necessitam ser melhor organizadas.

7.2. O número de processos aferido na contagem física é de 4223. Existe uma discrepância com os dados extraídos do sistema Libra que indica um total de 5419 processos ativos. Restou identificada uma diferença de 1.412 processos. É fundamental que o sistema processual represente com a maior precisão possível o quantitativo dos processos físicos em tramitação. Isso significa segurança para as partes e usuários, além de facilitar as atividades rotineiras da Secretaria (item 8.2). Também existe uma quantidade considerável de feitos em Secretaria aguardando arquivamento, devido ao acúmulo de trabalho.

Providência: Determinar que a Secretaria identifique e promova a respectiva baixa no sistema dos processos que já se encontram arquivados e que podem estar gerando a diferença no quantitativo de processos físicos e cadastrados no sistema, além de identificar, no Libra, o que consiste em lixo processual que precisa ser depurado, a fim de diminuir essa discrepância; 2 – Para cumprir essa determinação, recomenda-se a observância dos relatórios gerenciais extraídos do LIBRA referentes a: “RELATÓRIO DE PROCESSOS ARQUIVADOS COM APENSOS EM OUTRA SITUAÇÃO” e “RELATÓRIO DE PROCESSOS SENTENCIADOS E NÃO ARQUIVADOS”.

7.3. Identificou-se considerável demora nas publicações das resenhas, em alguns processos identificou-se que as resenhas são publicadas 15 (quinze) dias após a prolação do ato judicial.

Providência: Apesar das constantes quedas do serviço de internet, a Secretaria deve providenciar a publicação da resenha em intervalos menores, se possível diariamente.

7.4. Foram verificados processos com carga para Ministério Público, Defensoria Pública e advogados com prazo excedido, sem que exista ferramenta efetiva de controle de prazos para processos retirados.

Providência: Determinar que o Sr. Diretor de Secretaria promova a cobrança dos mandados e processos com carga (MP, DP e Advogados) que se encontram com prazo extrapolado, devendo, ainda, adotar regular metodologia de controle de prazo e de cobrança dos mandados/processos. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de prazos.

7.5. Não foi verificado controle efetivo dos prazos das cartas precatórias expedidas.

Providência: Deve a Secretaria adotar regular metodologia de controle de prazo das cartas

DCM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS

precatórias expedidas. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de prazos.

7.6. Os processos referentes às prioridades legais e metas não apresenta m identificação de modo a facilitar sua localização.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a identificação ostensivamente dos processos envolvendo idosos, criança e adolescentes, violência doméstica, réus presos e as diferentes metas do CNJ.

7.7. Os processos têm sido encaminhados a Unaj para cálculo de custas finais e, posteriormente, seguem conclusos ao gabinete do Magistrado.

Providência: Determinar que a Secretaria passe a promover a cobrança das custas finais através de ato ordinatório, antes de ser efetuada a conclusão ao Magistrado.

7.8. Foram encontradas seis iniciais pendentes de autuação e quinze pendentes de apreciação judicial. Além disso, foram localizados 83 processos em situação de pré-conclusão.

Providência: Determinar que o Sr. Diretor de Secretaria proceda à conclusão imediata de todos os processos aptos de remessa ao gabinete, vez que é vedada a prática da pré-conclusão.

7.9. Em relatório extraído do Libra, verificou-se que 3097 petições não haviam sido juntadas aos autos, muito embora, fisicamente, só existissem 42.

Providência: O Libra deve retratar de modo mais fidedigno possível a realidade dos autos físicos. Assim, deve ser observado pelo Sr. Diretor de Secretaria o respectivo cadastro de todas as petições juntadas aos autos.

7.10. O cadastro de armas e bens apreendidos é realizado tão somente no Sistema Libra.

Providência: O Diretor de Secretaria deve providenciar o cadastro dos bens apreendidos no CNJ.

7.11. Na análise de processos por amostragem, verificou-se que existiam processos com via de mandado afixado na contracapa dos autos, sem que nele constasse a notícia de expedição do mesmo, sua distribuição ou do seu cumprimento.

Providência: a Secretaria deve providenciar o devido registro nos autos de todos os atos processuais nele expedidos.

7.12. Devem ser observadas pelo Diretor de Secretaria as formalidades processuais que exigem a aposição de carimbo, data e assinatura nos atos processuais de sua lavra, além da leitura atenta do Provimento 006/2009-CJCI, que remete ao Provimento 006/2006-CRMB, que versa sobre a adoção dos atos ordinatórios.

7.13. Deve o Diretor de Secretaria solicitar, imediatamente, o recolhimento das armas que se encontram pendentes de recolhimento (item 18.5).

7.14. No que tange a existência de contas com depósitos judiciais sem movimentação há mais de 03 (três) anos, devem o Magistrado e o Diretor de Secretaria observar o disposto na Lei Estadual nº 6750/2015.

7.15. O Magistrado, enquanto gestor e corregedor natural da unidade judicial, deve exercer continua fiscalização e orientação dos servidores lotados na Vara, de modo a sanar todas as

 19



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SALINÓPOLIS**

falhas apontadas.

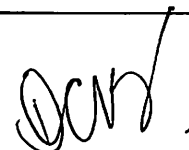
***Anexo: Processos analisados por amostragem/Relatórios extraídos do sistema LIBRA.**

DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: SALINOPOLIS EDITAL Nº 02/2015 PERÍODO: 03 à 04/11/2015 Juíza Corregedora: Dra. Danielle de Cássia Silveira Bührnheim
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Juizado Especial da Comarca de Salinópolis (adjunto)
1.2 COMPETÊNCIA: Cível e Criminal
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Gabriel Costa Ribeiro
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular da Vara única respondendo cumulativamente pelo Juizado Especial.
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 13.02.2015 até a presente data.
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rua João Pessoa, nº 1084, Bairro Centro
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: O Juizado Especial funciona nas dependências do Fórum da Comarca de Salinópolis e dispõe das seguintes salas: <ol style="list-style-type: none">1. Secretaria (que também funciona como sala de conciliação);2. Gabinete;3. Arquivo.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: É realizada diariamente por servidores cedidos pela Prefeitura.
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar: A segurança é terceirizada, e realizada pela empresa Polo. O prédio possui sistema de alarme e 02 (dois) funcionários trabalhando em turnos diferenciados de 12 em 12h (doze em doze horas).


1



2.8 ACESSIBILIDADE:

() Boa () Regular (X) Ruim

Justificar: O prédio não possui acessibilidade adequada aos portadores de deficiência. A sala de audiência e o gabinete do Magistrado estão localizados no andar superior do prédio, cujo único acesso é uma escada, situação que dificulta a locomoção de deficientes físicos.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. GABRIEL COSTA RIBEIRO, desde 13.02.2015 até a presente data.

3.2 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias

3.3 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, o Magistrado é titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis, bem como desempenha a função de Juiz Eleitoral.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

* Projeto verão com justiça, realizado no período de 18 à 19.07.2015 e 25 à 26.07.2015

* Projeto Ribeirinho, realizado no período de 08 à 11.09.2015

3.4 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Não foram relatadas.

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores)

SECRETARIA:

Nome: Jociléia de Castro Cruz

Cargo: Atendente Judiciário - Secretária

Ato de nomeação: Portaria nº 748/1993, de 26.10.1993

Nome: Margareth dos Santos Nascimento

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 730/1990, de 03.07.1990

Nome: Rosilda Maria de Souza Freitas Soares

Cargo: Agente de segurança

Ato de nomeação: Portaria nº 746/1993, de 26.10.1993

Obs: Se encontra trabalhando na Secretaria do Fórum.

Nome: Vanda Maria Pereira dos Santos

Cargo: Agente de segurança

Ato de nomeação: Portaria nº 745/1993, de 26.10.1993

Obs: Se encontra trabalhando na Distribuição

Nome: Ronaldo Silva Castro

Cargo: Agente de segurança

Ato de nomeação: Portaria nº 253/1996, de 03.04.1996

Obs: Se encontra trabalhando na Distribuição

Nome: Raimundo dos Santos

Cargo: Oficial de Justiça

Ato de nomeação: Portaria nº 718/1989, de 08.09.1989



Nome: Jameson Fernandes Chaves
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Ato de nomeação: Portaria nº 1610/2012- GP, de 10.05.2012

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 PROMOTOR DE JUSTIÇA ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Laercio Guilhermino de Abreu - desde 11.12.2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular da Promotoria vinculada a vara única, respondendo cumulativamente pelo Juizado Especial.

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Adonai Oliveira Farias, desde 04.08.2015

5.2.1 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICCIONAL

6.1 VEÍCULOS: Quando necessário, são utilizados os veículos da Comarca.

6.2 INFORMÁTICA:

Secretaria: Computador: 04 / Impressora: 01 / Scanner: 02 / Multifuncional: 01

Gabinete: Computador: 01 / Impressora: 01 / Scanner: 01

Sala dos Oficiais de Justiça: Computador: 02 / Impressora: 01 / Scanner: 01

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom () Regular (X) Ruim

Justificar: Por diversas vezes a internet fica fora do ar, devido as constantes quedas de conexão, situação que dificulta o trabalho dos servidores.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):

Secretaria: 04 / Sala dos Oficiais de Justiça: 03 (três) / Gabinete: 05 (cinco)

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: SISTEMA PROJUDI (CÍVEL) e SISTEMA LIBRA (CRIMINAL)

6.2.4. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jesalinopolis@tjpa.jus.br

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:



7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Há necessidade de curso com vistas ao aprimoramento dos trabalhos, uma vez que os servidores relataram nunca terem recebido treinamento do sistema PROJUDI, o qual possui muitas ferramentas que àqueles desconhecem.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Apenas os que foram recentemente sentenciados.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

É utilizado o sistema PROJUDI para promover as intimações.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE CÍVEL + TCO's
CIVIS E CRIMINAIS	
CÍVEL e PENAL- META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	21
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95) e TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCO'S)	PROJUDI – 966 / FÍSICO 453 / PJE

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	355	172
2014	343	347
2015	472	191

9.2 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

() Sim (x) Não

Justificar: Somente há identificação no sistema PROJUDI.

9.3 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
INFOJUD	X	
INFOSEG	x	

10. INQUÉRITOS POLICIAIS (PREJUDICADO)

Deby



11. PETIÇÕES **		
11.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
11.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
11.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00		
11.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00		
11.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00		
11.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 281		
12. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA **		
12.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 25		
12.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 21		
12.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
12.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 133		
12.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 149		
12.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
12.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar:		
12.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
12.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	00	00
12.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	00
12.7.3 ADVOGADO	00	00
12.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS COM PRAZO DE CARGA EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar:		
13. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PRO- VIMENTOS Nº 03/2014-CICJ E Nº 04/2014-CICJ)		
13.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (X) Não Justificar:		
13.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
13.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:		
14. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
14.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
14.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
14.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim (X) Não		



Justificar:

14.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(X) Sim () Não

Servidora: O servidor Diogo Nascimento Nunes é responsável pela UNAJ.

14.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar: Somente em caso de recurso, pois o Juizado em instância inicial é gratuito.

14.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

15. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Não foram apresentadas

16. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Não foram apresentadas

CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA

1. Em relação à estrutura do Juizado Especial, verificou-se que o gabinete do Magistrado e a sala de audiências de instrução ficam localizadas no andar superior, o que dificulta ou impede o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção, visto que o único meio de acesso é através de uma escada. As audiências de conciliação são realizadas no espaço onde funciona a secretaria do Juizado, no mesmo ambiente de trabalho dos servidores. No Fórum que existe uma sala destinada ao Ministério Público que se encontra fechada, visto que o Órgão Ministerial possui sede própria na Comarca.

Providência: Oficiar a Presidência e a Secretaria de Engenharia deste Tribunal de Justiça para que seja avaliada a possibilidade de adequação do espaço físico com vista a atender as regras de acessibilidade, bem como para que haja a realocação dos espaços destinados ao Juizado Especial.

2. A demanda processual da comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação em uso (LIBRA e PROJUDI). A falha ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a agilidade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados.

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para avaliar a possibilidade de saneamento do problema acima identificado.

3. O Juizado de Salinópolis possui quadro funcional que se mostra insuficiente para o atendimento da demanda de processos. Há necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial.

Providência: 1 - Oficiar à Presidência e à Secretaria de Gestão de Pessoas a fim de que seja avaliada a possibilidade de lotação de novos servidores na comarca, especialmente analistas e auxiliares judiciários, a fim de atender às necessidades de trabalho, bem como para que seja possível o retorno dos agentes de segurança aos seus cargos de origem; 2 - Oficiar a Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade "à distância", especialmente dos Sistemas LIBRA, SIGADOC, Malote Digital, Manual de Rotinas Cíveis e Criminais, Atualização do CPC, informática básica, SISPE e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

4. Identificados processos finalizados e pendentes de baixa e arquivamento.

Providência: Determinar que o Diretor de Secretaria promova a baixa e arquivamento dos



processos tão logo estejam aptos à tal providência. Tal rotina se revela de extrema importância na medida em que repercute diretamente no cumprimento das Metas do CNJ e diminuição da taxa de congestionamento.

5. Identificou-se que a Secretaria não possui controle do quantitativo de mandados expedidos aos oficiais de justiça, nem controle de cobrança dos mandados com prazos extrapolados.

Providência: Determinar que a Secretaria passe a adotar regular metodologia de controle distribuição e mandados, de prazo e de cobrança dos mandados com prazos extrapolados. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de prazos.

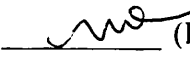
6. O Magistrado, enquanto gestor e corregedor natural da unidade judicial, deve exercer contínua fiscalização e orientação dos servidores lotados na Vara, de modo a sanar todas as recomendações desta CJI.


DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SALINÓPOLIS

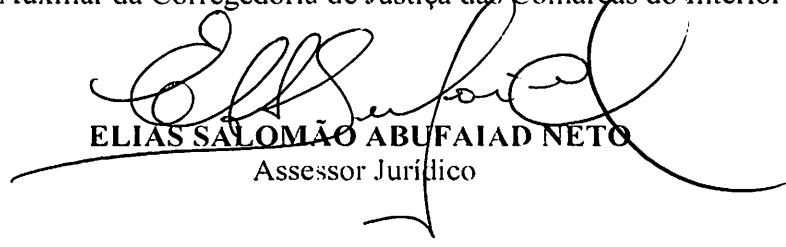
ATA DE ENCERRAMENTO

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze (04.11.2015), às 18h30min, no Fórum da **Comarca de Salinópolis**, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Doutora Desembargadora **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, a Excelentíssima Doutora **DANIELLE DE CASSIA SILVEIRA BUHRNHEIM**, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), os Senhores **ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO**, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO**, **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**, Assessores Jurídicos da CJCI e **CARLOS PINTO DA SILVA JR** e **PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL**, Analistas Judiciários da CJCI, o Diretor de Secretaria da Comarca, Sr. **CARLOS AFONSO MORAES DAS CHAGAS**, deu-se por encerrada a Correição Geral Ordinária na referida Comarca, o que, para constar, Eu  (Paola Menescal), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


DANIELLE DE CASSIA SILVEIRA BUHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior


ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SALINÓPOLIS

Jackeline S. Vilhena Maia
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica

Marco Antônio Pedrosa de Araújo
MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

Thaiza Martins P. Suano de Farias
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica

Carlos Pinto da Silva Jr.
CARLOS PINTO DA SILVA JR
Analista Judiciário

Paola Watrin Pimental Menescal
PAOLA WATRIN PIMENTAL MENESCAL
Analista Judiciário

Carlos Afonso Moraes das Chagas
CARLOS AFONSO MORAES DAS CHAGAS
Diretor de Secretaria da Comarca de Salinópolis

Milse Betânia P. Nogueira
Milse Betânia Pedrosa Nogueira
Assessor Técnico Administrativo

RECEBIMENTO

no na Secretaria da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior.

Belém- Pa, 03 / 03 2016

Stella Nemes

~~Stella Nemes~~
Stella Nemes Mendes

Estagiária da Corregedoria de Justiça
das Comarcas do Interior